

## ESTADO NUTRICIONAL E SEGURANÇA ALIMENTAR DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: REVISÃO INTEGRATIVA

Nutritional status and food safety of families benefited by the *Bolsa Família* Program: integrative review

Estado nutricional y seguridad alimentaria de familias beneficiadas por el Programa Bolsa Familia: revisión integrativa

Taciana Fonseca Braga de Carvalho<sup>1</sup>, Thaís da Silva Sá<sup>2</sup>, João Pedro Paulino Ruas<sup>3</sup>, Maria Aparecida Vieira<sup>4</sup>, Cristina Andrade Sampaio<sup>5</sup>

### Como citar este artigo:

Carvalho TFB, Sá TS, Ruas JPP, Vieira MA, Sampaio CA. Estado nutricional e segurança alimentar de famílias beneficiadas pelo programa bolsa família: revisão integrativa. Rev Fun Care Online. 2020 jan/dez; 12:593-602. DOI: <http://dx.doi.org/0.9789/2175-5361.rpcfo.v12.8961>.

### RESUMO

**Objetivos:** sintetizar o conhecimento produzido na literatura acerca do estado nutricional e a segurança alimentar de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. **Métodos:** Revisão integrativa, com publicações de 2004 a 2017, nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online*, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e Biblioteca Virtual em Saúde utilizando-se os descritores: Estado Nutricional; Segurança Alimentar; Saúde Pública; Política Nutricional; Política Social. **Resultados:** Foram selecionadas 17 publicações que atenderam aos critérios de inclusão. O Programa proporcionou às famílias beneficiadas acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Em contrapartida, proporcionou o aumento no consumo de alimentos calóricos e de baixo teor nutritivo, ocasionando distúrbios nutricionais. **Conclusão:** O Programa trouxe inúmeros benefícios, mas recomenda-se a realização de ações educativas que visem à alimentação saudável e a busca por investimentos nos setores de educação, saúde, geração de trabalho e renda e implantação de políticas voltadas à desigualdade social.

**Descritores:** Estado nutricional; Segurança alimentar; Saúde pública; Política nutricional; Política social.

- 1 Médica pediatra, pós-graduanda em Cuidado Primário em Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, professora do Centro Universitário Fip Moc, Montes Claros - MG - Brasil
- 2 Acadêmica de Medicina, Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Montes Claros - MG - Brasil
- 3 Acadêmico de Medicina, Centro Universitário Fip Moc, Montes Claros - MG - Brasil
- 4 Enfermeira, Doutora em Ciências, professora do Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Cuidado Primário em Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Montes Claros - MG - Brasil
- 5 Antropóloga, Doutora em Saúde Coletiva, professora do Departamento de Saúde Mental e Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação em Cuidado Primário em Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Montes Claros - MG - Brasil

## SUMMARY

**Objectives:** To synthesize the knowledge produced in the literature about the nutritional status and food security of families benefited by the Bolsa Família Program. **Methods:** Integrative review, with publications from 2004 to 2017, in the databases: Scientific Electronic Library Online, Latin American and Caribbean Health Sciences Literature and Virtual Health Library using the keywords: Nutritional Status; Food safety; Public health; Nutritional policy; Social policy. **Results:** We selected 17 publications that met the inclusion criteria. The Program provided beneficiary families with access to sufficient and quality food. On the other hand, it provided an increase in the consumption of low calorie and nutritious foods, causing nutritional disturbances. **Conclusion:** The Program has brought many benefits, but it is recommended to carry out educational actions aimed at healthy eating and the search for investments in education, health, job and income generation and implementation of policies aimed at social inequality.

**Descriptors:** Nutritional status; Food security; Public health; Nutritional policy; Social policy.

## RESUMÉN

**Objetivos:** sintetizar los conocimientos producidos en la literatura sobre el estado nutricional y la seguridad alimentaria de las familias beneficiados por el Programa Bolsa Família. **Métodos:** Revisión integrativa, con publicaciones de 2004 a 2017, en las bases de datos: Biblioteca Electrónica Científica En Línea, Literatura Latinoamericana y del Caribe sobre Ciencias de la Salud y Biblioteca Virtual de Salud utilizando los descriptores: Estado Nutricional; Seguridad Alimentaria; Salud Pública; Política Nutricional; Política Social. **Resultados:** Seleccionamos 17 publicaciones que cumplían los criterios de inclusión. El Programa proporcionó a las familias beneficiadas acceso a alimentos de calidad y suficientes. Por otro lado, aumentó el consumo de alimentos calóricos con bajo contenido nutricional, causando trastornos nutricionales. **Conclusión:** El Programa ha traído numerosos beneficios, pero se recomienda llevar a cabo acciones educativas dirigidas a una alimentación saludable y la búsqueda de inversiones en los sectores de la educación, la salud, la generación de trabajo y los ingresos y la implementación de políticas dirigidas a la desigualdad social.

**Descriptorios:** Estado nutricional; Seguridad alimentaria; Salud pública; Política nutricional; Política social.

## INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pela Lei nº 10.836/2004 e adotado como política pública do Governo Federal com o objetivo de proporcionar inclusão social e redistribuição de renda para as famílias brasileiras mais carentes. Para tanto, o Estado realizou intervenções em questões econômicas e sociais do país, no sentido de atuar na transferência de renda monetária para os beneficiários e proporcionar à população acesso aos serviços básicos de cidadania, como saúde e educação.<sup>1</sup>

O programa visa garantir à população beneficiada condições de segurança alimentar e nutricional, ou seja, assegurar que todos tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, sem comprometer outras necessidades essenciais. Observou-se que, após a implantação do programa, o consumo de alimentos pelas famílias mais carentes aumentou em cerca de R\$ 388 por ano, depois do recebimento do benefício, porém não

houve evidências de melhora do ponto de vista nutricional.<sup>2</sup> No que tange à redução da pobreza, houve diminuição de 16% nos índices de pobreza do país, no período de 1999 a 2009, atribuídos à implantação do PBF.<sup>3</sup>

Embora tenha ocorrido melhora no acesso à alimentação, o consumo de alimentos saudáveis ainda tem sido limitado pela instabilidade de emprego e a baixa renda de grande parte da população beneficiária desse programa. Consequentemente, a segurança alimentar e o estado nutricional desses grupos, principalmente das crianças, tornaram-se comprometidos, expondo-os à situação de maior vulnerabilidade alimentar e doenças crônicas.<sup>4</sup>

As famílias beneficiadas do PBF utilizam parcela importante do auxílio com aquisição de alimentos que atinge, principalmente, as crianças. Entretanto, não significa diminuição da insegurança alimentar ou garantia de um estado nutricional familiar adequado.<sup>5</sup>

Inúmeras famílias beneficiárias optam pela escolha de alimentos industrializados e de baixo teor nutricional (doces, óleos e gorduras), principalmente devido ao custo mais acessível. Além disso, essas escolhas são influenciadas não só pela acessibilidade a recursos financeiros, mas também pelos costumes, cultura e saberes locais de cada grupo, além da publicidade em relação a esses alimentos. Essa situação demanda a necessidade de se criar programas com o objetivo de educar a população e mostrar a importância de uma dieta variada e rica em nutrientes.<sup>6</sup>

Para alcançar os objetivos do programa, fazem-se necessárias articulações de outras intervenções políticas intersetoriais visando à capacitação das famílias no uso da quantia recebida.<sup>7</sup>

Nesse contexto, este estudo teve como objetivo sintetizar o conhecimento produzido na literatura acerca do estado nutricional e a segurança alimentar de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

## MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura.<sup>8</sup> Para atender às etapas estabelecidas iniciou-se primeiramente com a questão norteadora: Como é o estado nutricional e a segurança alimentar de famílias beneficiadas do PBF? Os descritores selecionados e constantes na plataforma de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram: Estado Nutricional; Segurança Alimentar; Saúde Pública; Política Nutricional; Política Social.

Na segunda etapa estabeleceram-se os critérios de inclusão: artigos; relatórios de pesquisa; dissertações e teses disponíveis na íntegra eletronicamente; no idioma português ou inglês; publicados no período de 2004 a 2017 e que exprimissem a temática proposta no título, no descritor ou no resumo. Compuseram os critérios de exclusão: artigos/outros em duplicidade; cartas ao editor; editoriais; revisão integrativa; artigos com metodologia qualitativa e relatos de casos. Em seguida, progrediu-se com a exploração na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

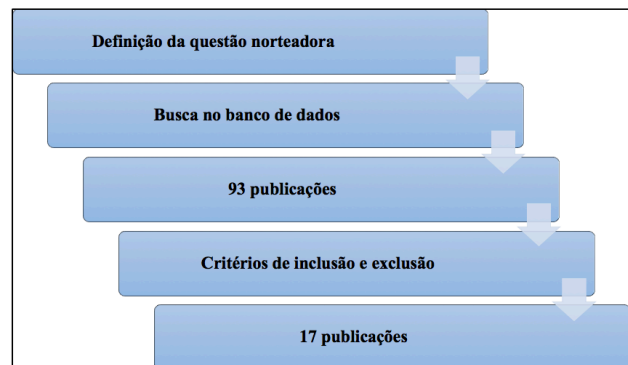
Na etapa seguinte, foram eleitos os dados a serem extraídos das publicações: ano de publicação; local da publicação/ tipo de estudo; metodologia e principais resultados. Para tanto, utilizou-se um instrumento para extrair essas variáveis de relevância. Os textos foram selecionados pela leitura dos resumos e a apreciação integral do artigo, quando os esclarecimentos contidos no resumo eram insuficientes.

Nas últimas etapas, foram feitas as análises, interpretações e sínteses das publicações para que a apresentação desta revisão fosse efetuada. Os resultados obtidos foram discutidos e apresentados de forma descritiva com o intuito de alcançar o objetivo deste estudo.

Foram encontradas 93 publicações na Biblioteca Virtual em Saúde a partir dos descritores utilizados. Após análise dos títulos e resumos, verificou-se que 76 não atendiam aos critérios de inclusão e foram excluídos. Após nova leitura e análise, foram selecionadas 17 publicações para

compor esta revisão, por atenderem aos critérios de inclusão (FIGURA 1).

**Figura 1** - Etapas de revisão integrativa de literatura – estado nutricional e segurança alimentar no Programa Bolsa-família. 2018



Fonte: Dados do próprio autor.

## RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta as características das publicações, segundo autores; ano de publicação; título do periódico; título do artigo; local/tipo de estudo; objetivos e principais resultados.

**Tabela 1** - Características das publicações acerca do estado nutricional e a segurança alimentar de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Brasil, 2018

Nº Publicação/ Autor/Ano	Título do Periódico	Título do Artigo	Local/Tipo de Estudo	Objetivos	Principais Resultados
<b>P1 - MENEZES et al., 2008</b>	lbase	Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas	Local: Rio de Janeiro (RJ)  Tipo de estudo: Quantitativo/ Qualitativo	Sintetizar os resultados da pesquisa, que tem como principais objetivos conhecer melhor o perfil das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, as formas pelas quais acessam a alimentação e as repercussões do Programa na segurança alimentar e nutricional.	As modificações na alimentação das famílias, a partir do recebimento do benefício do PBF, acompanham a tendência nacional de pesquisas de Orçamento Familiar realizadas pelo IBGE em passado recente, relacionadas ao aumento no consumo de proteínas de origem animal, leite e seus derivados; aumento no consumo de biscoitos, óleos e gorduras, açúcares e alimentos industrializados; aumento, em menor proporção, no consumo de vegetais e hortaliças.
<b>P2 - FARIA; PENA, 2009</b>	SynThesis Revista Digi- tal FAPAM	Análise do impacto do Programa Bolsa Família em relação ao estado nutricional de crianças de zero a sete anos pertencentes às famílias beneficiárias do programa no município de Pará de Minas, Minas Gerais, no período de 2007/2008	Local: Pará de Minas (MG)  Tipo de estudo: Transversal	Analisar o impacto do Programa Bolsa Família em relação ao estado nutricional de crianças de zero a sete anos pertencentes as famílias beneficiárias pelo programa; que são acompanhadas pelo setor saúde do município de Pará de Minas, no período de 2007/2008.	Em relação ao índice peso por idade, foi observada uma redução no número de crianças com baixo peso e aumento de crianças com risco nutricional. Quanto ao índice estatura por idade, houve um aumento de crianças com altura baixa para a idade e redução no número de crianças com risco nutricional. Já em relação ao sobrepeso, foram encontradas prevalências de 6,30% e 8,41%. Apesar da elevada prevalência de crianças eutróficas em ambas as vigências do PBF, as prevalências de déficits nutricionais e sobrepeso ainda são significativas.

Nº Publicação/ Autor/Ano	Título do Periódico	Título do Artigo	Local/Tipo de Estudo	Objetivos	Principais Resultados
<b>P3 - SOUZA et al., 2012</b>	Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde	Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa/ Família no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011: um estudo epidemiológico transversal	Local: Brasília (DF) Tipo de estudo: Epidemiológico transversal	Avaliar a associação entre indicadores socioeconômicos e insegurança alimentar de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	A prevalência de insegurança alimentar foi de 72,8%: 14,8% grave, 10,7% moderada e 47,3% leve; maiores prevalências de insegurança alimentar foram encontradas nos domicílios com quatro ou mais moradores (p=0,010); que tinham água tratada por filtração (p=0,023); mães com escolaridade inferior a 10 anos (p<0,001), pertencentes a famílias classificadas no menor nível socioeconômico (p=0,002).
<b>P4 - CABRAL et al., 2013</b>	Revista Estudos Avançados	Perfil socioeconômico, nutricional e de ingestão alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família	Local: São Paulo (SP) Tipo de estudo: Quantitativo	Avaliar o estado nutricional, o consumo e a segurança alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família residentes de Maceió (AL).	Foi encontrada alta prevalência de desnutrição nas crianças (18%) e adolescentes (20%) e excesso de peso nos adultos (51%). As mulheres beneficiárias tiveram quatro vezes mais chance de ter obesidade abdominal em relação aos outros adultos. A maioria das famílias (92%) apresentou Insegurança Alimentar (IA) - em 33% grave.
<b>P5 - SHEI, 2013</b>	<i>Health Affairs</i>	Programa de transferência de renda condicional do Brasil associado a declínios nas taxas de mortalidade infantil	Local: Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS Tipo de estudo: Transversal	Examinar se a implementação e expansão de um grande programa de combate à pobreza no Brasil, o programa de transferência de renda condicional do Bolsa Família, estava associado à melhoria da saúde infantil.	Durante os primeiros cinco anos do programa, foi associado a uma redução significativa de 9,3% nas taxas de mortalidade infantil, com maiores declínios nas taxas de mortalidade pós-neonatal do que nas taxas de mortalidade mais precoces e nos municípios com muitos usuários do PBF do que naqueles com menores taxas de uso. Houve também efeitos maiores em municípios com maiores taxas de mortalidade infantil no início do estudo.
<b>P6 - MONTEIRO et al., 2014</b>	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Bolsa Família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de 5 anos	Local: Rio de Janeiro (RJ) Tipo de estudo: Transversal descritivo	Identificar a prevalência de insegurança alimentar das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e os fatores relacionados a essa condição, bem como descrever o estado nutricional das crianças menores de cinco anos que delas fazem parte.	A prevalência de insegurança alimentar foi de 81,6%. O excesso de peso e o déficit estatural entre as crianças coexistiram. A insegurança alimentar apresentou-se associada ao índice estatura para idade entre crianças menores de dois anos. A renda familiar per capita e as dívidas alimentares influenciaram significativamente a situação de insegurança alimentar familiar.
<b>P7 - MONTEIRO; SCHMIDT, 2014</b>	Saúde & Transformação Social	O Programa Bolsa Família no contexto da segurança alimentar e nutricional no Brasil	Local: Florianópolis (SC) Tipo de estudo: Descritivo analítico	Avaliar a relevância do PBF no combate à fome e na promoção da segurança alimentar e nutricional entre seus beneficiários.	Embora o acesso aos alimentos tenha sido ampliado nos últimos anos entre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o problema da insegurança alimentar ainda é muito significativo e deve ser combatido pelo Estado por meio das políticas públicas e pela sociedade civil pela exigibilidade de direitos.
<b>P8 - SILVA et al., 2014</b>	Revista Interdisciplinar da PUC Minas no Barreiro	Perfil nutricional de crianças pré-escolares em creches públicas de Belo Horizonte - Minas Gerais beneficiárias ou não do Programa Bolsa Família	Local: Belo Horizonte (MG) Tipo de estudo: Descritivo comparativo	Avaliar o perfil nutricional de crianças pré-escolares, beneficiárias ou não do PBF, matriculadas em creches públicas da Regional Leste de Belo Horizonte - MG	Independentemente do recebimento ou não da Bolsa Família, a maioria das crianças avaliadas apresentou-se eutrófica para todos os índices avaliados. De acordo com o indicador IMC/Idade, o grupo de crianças não beneficiárias apresentou percentual elevado (26,1% e 17%, respectivamente) de sobrepeso e obesidade.

Nº Publicação/ Autor/Ano	Título do Periódico	Título do Artigo	Local/Tipo de Estudo	Objetivos	Principais Resultados
<b>P9 - RAMOS; LIMA; GUBERT, 2015</b>	Revista de Nutrição	Agenda para Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil: resultados de uma pactuação interfederativa no Sistema Único de Saúde	Local: Campinas (SP)  Tipo de estudo: Transversal	Avaliar o cumprimento das metas da agenda para a intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil no ano de 2013, por meio da identificação das possíveis variáveis associadas ao desempenho dos municípios diante das metas pactuadas.	Entre as variáveis que contribuíram simultaneamente para o bom desempenho no acompanhamento nutricional no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional e nas famílias beneficiárias do PBF tem-se: o menor porte populacional, a distribuição geográfica na região Nordeste, o município ter utilizado o recurso, a maior cobertura da Atenção Básica e do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
<b>P10 - SANTOS et al., 2015</b>	<i>Journal of Human Growth and Development</i>	Estado Nutricional de Crianças beneficiadas pelo Programa Bolsa Família	Local: São Paulo (SP)  Tipo de estudo: Transversal	Avaliar o estado nutricional em menores de cinco anos, cujas famílias são beneficiadas pelo programa “Bolsa- família” de uma cidade da região noroeste do estado de São Paulo.	Do total de crianças, 8,8% apresentam déficits no indicador estatura/idade e 4,2% no peso/idade; 8,1% e 7,4% excesso de peso na relação peso/idade e peso/estatura; 4,6% das crianças menores de 2 anos apresentaram peso elevado para a idade e peso elevado para a estatura e 7,8% dessas crianças apresentaram baixa estatura para a idade. A prevalência de déficit e excesso de peso população infantil observada neste trabalho foi semelhante às encontradas em outras regiões do Brasil.
<b>P11 - CARMO et al., 2016</b>	Jornal de Pediatria	Influência do Programa Bolsa Família no estado nutricional e frequência alimentar de escolares	Local: Porto Alegre (RS)  Tipo de estudo: Transversal	Avaliar a frequência alimentar e estado nutricional entre escolares, segundo a participação no programa governamental Bolsa Família.	Entre os dois grupos avaliados (participantes e não participantes do PBF), observou-se elevada prevalência de consumo regular de refrigerante (34,3%), suco artificial (49,5%), e guloseimas (40,3%), enquanto apenas 54,3% e 51,7% consumiram, de forma regular, frutas e hortaliças, respectivamente. Entre os participantes do PBF, identificou-se prevalência de 1,24 vezes maior no consumo regular de refrigerantes (IC 95%: 1,10–1,39), comparado aos não beneficiários. A prevalência de excesso de peso foi elevada na amostra (32,9%), sem diferença, segundo a participação no programa.
<b>P12 - DAUFEN- BACK; RIBAS, 2016</b>	Demetra: alimentação, nutrição & saúde	O “grosso” e o “das crianças”: consumo alimentar em titulares do Programa Bolsa Família em Curitiba-PR	Local: Rio de Janeiro (RJ)  Tipo de estudo: Transversal descritivo	Investigar subjektividades e extrair núcleos de sentido presentes no discurso a respeito do consumo alimentar dos titulares do Programa Bolsa Família do Distrito Sanitário do Cajuru, em Curitiba-PR.	Aumento do consumo de ultraprocessados, justificado pela compensação alimentar “das crianças” e atrelado à oposição ao “grosso” (básico), concomitantemente à percepção fragmentada sobre alimentos “não saudáveis” e a valorações positivas acerca da entrada no mundo do consumo de determinados produtos, segundo perspectiva dos titulares de direito investigados do Programa.
<b>P13 - OLIVEIRA; SOUZA, 2016</b>	Revista Ciên- cias Exatas e Naturais	Avaliação da Proporção de Crianças Obesas Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nas Regiões do Brasil	Local: Guarapuava (PR)  Tipo de estudo: Descritivo analítico	Avaliar e explicar a proporção de crianças obesas, entre 0 e 5 anos de idade, beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no ano de 2014, e identificar para cada região do Brasil os fatores que influenciam a obesidade desses indivíduos.	Nas regiões Norte e Sudeste, o gasto per capita com o PBF apresentou influência positiva na obesidade, ou seja, quanto mais se gastou com o referido programa assistencial, maior foi a incidência de crianças obesas. Nos municípios das regiões Sul e Centro-Oeste, a renda per capita influenciou negativamente na obesidade infantil. Na região Nordeste, nos municípios com uma maior taxa de desemprego e um maior percentual de pobres, houve uma tendência a apresentar uma maior incidência de obesidade em crianças.

Nº Publicação/ Autor/Ano	Título do Periódico	Título do Artigo	Local/Tipo de Estudo	Objetivos	Principais Resultados
<b>P14 - SILVA et al., 2016</b>	Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento	Vigilância nutricional de crianças menores de dois anos do município de Redenção, Ceará: a importância do diagnóstico para planejamento das políticas públicas nesse grupo etário	Local: São Paulo (SP)  Tipo de estudo: Transversal exploratório	Avaliar o estado nutricional de crianças menores de dois anos do município de Redenção, Ceará e analisar os fatores associados.	O sobrepeso e a obesidade foram encontrados em 19,8% e 20,0%, conforme índice Peso/Altura e IMC/Idade, respectivamente. A desnutrição atual foi baixa, sendo de 1,4% e 0,3%, segundo indicadores Peso/Idade e IMC/Idade respectivamente. O déficit de altura foi constatado em 9,8% das crianças. Apenas as variáveis renda familiar média (OR: 2,157; IC95%: 1,088 - 4,279); introdução precoce de alimentos (OR: 1,649; IC95%: 1,010-2,691) e adição de açúcar ou mel na alimentação da criança apresentaram associação estatisticamente significativa com estado nutricional de risco.
<b>P15 - SOUSA; OLINDA; PEDRAZA, 2016</b>	São Paulo Medical Journal	Prevalências de déficit de estatura e de sobrepeso/obesidade em crianças brasileiras, segundo diferentes cenários epidemiológicos: revisão sistemática com metanálise	Local: São Paulo (SP)  Tipo de estudo: revisão com metanálise	Verificar as prevalências de déficit de estatura e de sobrepeso/obesidade em crianças brasileiras segundo diferentes cenários epidemiológicos.	Entre os 33 artigos recuperados, 9 envolviam amostras de creches, 4 tinham amostras de serviços públicos de saúde ou registros sociais, 5 relacionados a populações em situação de desigualdade social e 15 com base populacional. Maiores chances de nanismo foram encontradas em populações em situação de desigualdade social e naqueles em serviços públicos de saúde ou em registros sociais, em relação às populações de referência. Para sobrepeso/obesidade, nenhum dos cenários apresentou maior chance que a referência.
<b>P16 - COELHO; MELO, 2017</b>	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Impacto do Programa "Bolsa Família" sobre a qualidade da dieta das famílias de Pernambuco no Brasil	Local: Rio de Janeiro (RJ)  Tipo de estudo: Descritivo	Analisar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a qualidade da dieta dos domicílios do estado de Pernambuco utilizando dados da Pesquisa de Orçamento Familiar entre 2008-2009	O valor médio do Índice de Qualidade da Dieta para as famílias beneficiárias do Programa supera em 9,05 o valor médio do Índice de Qualidade da Dieta das famílias não participantes do PBF.
<b>P17 - COSTA; BRAGA; TEIXEIRA, 2017</b>	Ensaio Fee	Impactos do Programa Bolsa Família sobre o consumo de nutrientes das famílias beneficiárias	Local: Porto Alegre (RS)  Tipo de estudo: Descritivo	Avaliar os impactos da participação no Programa Bolsa Família sobre o consumo de calorias advindas de diferentes grupos alimentares e o consumo de diferentes nutrientes.	O Programa parece ter contribuído para a elevação das calorias consumidas de cereais, frutas, verduras, legumes, carnes e outros produtos de origem animal. Os beneficiários também elevaram o consumo de grande parte dos nutrientes considerados, os quais possuem importantes associações com a saúde individual.

Selecionaram-se 17 estudos para esta revisão. Entre os artigos encontrados, identificou-se que a maioria foi publicada em 2016<sup>6</sup> (29,4%). A Revista Ciência & Saúde Coletiva foi o único periódico responsável por mais de um estudo.

Os locais de maior publicação encontram-se em São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ). O Sudeste é a região brasileira com maior número de publicações: onze (64%).

Esses estudos tiveram como principal objetivo a análise do impacto do PBF em relação ao estado nutricional e segurança alimentar das famílias beneficiadas. A maioria dos resultados evidenciou que, embora o PBF tenha capacidade de reduzir os índices de desigualdade socioeconômica e fome, tem sido pouco eficaz isoladamente no combate à insegurança alimentar, além de não atingir mudanças positivas no estado nutricional ou até gerar situações de sobrepeso.

As recomendações referem-se ao aperfeiçoamento do PBF para maior segurança alimentar e adoção de estratégias de educação e vigilância nutricional que possam agir concomitantemente com o benefício para os usuários alcançarem um adequado estado de nutrição.

## DISCUSSÃO

### Características das Publicações

Quanto ao mapeamento das produções científicas, a região Sudeste apresentou o maior número de publicações, possivelmente devido à grande quantidade de centros de pesquisa e de pós-graduação presentes nessas regiões. Essa região é favorecida pelo fato de ter maior disponibilidade

de recursos humanos e financeiros devido a políticas implementadas por importantes agências de fomento brasileiras.<sup>15</sup>

## Análise das Tabelas

As políticas sobre a alimentação implementadas desde o início do século passado, no Brasil, abrangiam diversos itens, como a política agrícola; os sistemas de abastecimento; controle de preços e distribuição de alimentos.<sup>16</sup> Políticas sociais de enfrentamento à fome por meio da introdução de novos alimentos foram iniciadas no governo de Getúlio Vargas com o desenvolvimento de práticas educativas tradicionais. As campanhas de introdução alimentar estavam vinculadas às práticas educativas visto que, durante esse período, acreditava-se que a fome e desnutrição eram resultantes da falta de acesso à educação.<sup>17</sup>

Durante o período de 1950 a 1995, houve a criação de diferentes programas sociais, como a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), entre outros, cujo propósito era melhorar a alimentação e a nutrição da população. Essas políticas se desenvolveram até a criação do Programa Fome Zero, em 2001, que marcou o início dos programas de transferência de renda no país, definidos como “políticas de assistência direta à população carente”.<sup>18,16</sup>

Desse modo, somente a partir do ano 2000, programas de transferência direta de renda começam a ser adotados pelo governo e foi proposto o Programa Bolsa Alimentação para o atendimento de gestantes, nutrizes de baixa renda e crianças menores de seis anos. Em 2001, as temáticas de combate à fome voltaram a ter foco na política brasileira e foi implementado pelo governo o Projeto Fome Zero. Tal projeto foi oficialmente lançado em janeiro de 2004, com o objetivo de combater a pobreza e nele está inserido o Programa Bolsa Família (PBF).<sup>16</sup>

O Programa Bolsa Família representa, atualmente, a principal política do governo federal para combater a pobreza e promover a inclusão social das famílias beneficiárias, permitindo acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação. Apesar de as condicionalidades saúde e educação do PBF possuírem público alvo em faixas etárias diferentes, a boa saúde de uma criança é muito importante para seu bom desempenho escolar.<sup>19</sup>

O PBF foi oficialmente criado em janeiro de 2004, pela Lei nº 10.836, com o objetivo de reduzir a fome e a pobreza da população por meio da união de programas de transferência de renda já criados, como o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação e a Saúde - Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, respectivamente e o Programa Auxílio Gás (SILVA, 2007).<sup>20</sup>

As condicionalidades, metas e deveres são compromissos que as famílias beneficiárias necessitam cumprir nas áreas de Educação e Saúde. Na educação, as famílias se comprometem a matricular na escola crianças e adolescentes, de 6 aos 17 anos, que deverão obter frequência mínima de 85% nas aulas

(6 a 15 anos) e de 75% os alunos de 16 a 17 anos. Na saúde, comprometem-se a manter a vacinação atualizada, realizar o acompanhamento nutricional das crianças menores de 7 anos e o pré-natal nas gestantes.<sup>21</sup>

Tais condicionalidades são apresentadas como pontos positivos do PBF, resultando na melhora da saúde e o estado nutricional do beneficiado e, conseqüentemente, em um melhor desempenho escolar. Desse modo, o PBF, além de permitir o acesso aos serviços básicos sociais, propicia às famílias beneficiadas condições de escolarização necessárias para o exercício da cidadania.<sup>22,19</sup>

De acordo com o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamentou o PBF, seriam fornecidos às famílias em situação de pobreza, identificadas no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) acesso à rede de serviços públicos de saúde; educação e assistencial social e o direito à alimentação saudável. Por meio do CadÚnico, considerado porta de entrada para o acesso aos benefícios disponíveis pelos programas sociais, os órgãos do governo municipal, estadual e federal identificavam quem eram e como viviam as famílias carentes. Desse modo, para receber o benefício, é necessário ter esse cadastro e renda mensal por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 (situação de pobreza) ou inferior a R\$ 77,00 (situação de extrema pobreza) com crianças, adolescentes, gestantes e/ou nutrizes na família. Além disso, as chamadas condicionalidades do Bolsa Família devem ser devidamente cumpridas.<sup>23</sup>

O PBF contribuiu para a elevação no consumo de importantes nutrientes. Ainda que a quantidade consumida de alguns desses nutrientes seja inferior à recomendada, o PBF, de fato, parece ter sido responsável por amenizar essas deficiências entre seus beneficiários. O programa teve um impacto importante no decréscimo da mortalidade infantil, podendo reduzir em até 19,4% as mortes infantis, e essa redução é ainda maior, se a causa da morte for por diarreia ou desnutrição. A cobertura do PBF é maior em municípios pequenos, visto que houve priorização para a implantação da atenção básica em regiões com baixos indicadores sociais e de saúde, devido à alta vulnerabilidade presente nesses locais.<sup>24 - 26</sup>

De fato, o PBF contribuiu para elevar o acesso aos alimentos em quantidade e variedade, entretanto, não resultou em uma melhora da qualidade nutricional da alimentação.<sup>27</sup> As famílias estão desenvolvendo hábitos alimentares não saudáveis, consumindo alimentos de maior densidade calórica e de baixo valor nutritivo, uma vez que os beneficiários do PBF estão ingerindo alimentos com maior variedade e quantidade de cereais, biscoitos, leite, proteína de origem animal, guloseimas, produtos ultraprocessados e consomem, em menor quantidade, as frutas e hortaliças.<sup>28</sup>

Nesse contexto, o PBF tem influenciado diretamente nos hábitos alimentares das populações, seja positiva ou negativamente, dependendo da escolha dos beneficiados. Os beneficiários tendem a gastar uma parcela importante do valor recebido com a compra de alimentos de baixo valor nutricional e caloricamente densos, visto que, com a disseminação de propagandas de produtos pouco nutritivos, a escolha do perfil de alimentos é comprometida.

Identificou-se que em 85% das famílias beneficiadas houve maior investimento em alimentos de baixo teor nutritivo, como doces e guloseimas, sendo um dos objetivos a satisfação dos desejos de consumo das crianças.<sup>28, 5, 4</sup>

O valor médio de consumo das porções dos grupos de alimentos, em geral, é maior nas famílias participantes em relação às não participantes, e existe um efeito positivo nas transferências de renda sobre a qualidade da dieta das unidades familiares de Pernambuco, mostrando a eficiência do PBF em melhorar a nutrição das famílias beneficiárias.<sup>2</sup> Os principais distúrbios nutricionais nas crianças, como excesso de peso e a desnutrição crônica, mostram um cenário de transição nutricional e apontam a necessidade do fortalecimento das ações de vigilância alimentar e nutricional e da efetivação dos programas e políticas de saúde e nutrição.<sup>29, 30</sup>

Em pesquisa realizada em Belo Horizonte com o objetivo de avaliar o perfil nutricional de crianças pré-escolares, beneficiadas ou não do PBF, matriculadas em creches públicas da Regional Leste de Belo Horizonte – MG, verificou-se que, comparando crianças beneficiárias e não beneficiárias quanto ao aspecto nutricional, não houve diferença e a maioria delas eram eutróficas. A desnutrição mostrou-se presente, mesmo em menor percentual em ambos os grupos e isso demonstra que a fome ainda não foi erradicada no Brasil, mesmo após os programas de transferência de renda.<sup>31</sup>

De acordo com estudo realizado por Oliveira e Souza (2016), que avaliou a proporção de crianças obesas, entre 0 e 5 anos de idade, beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no ano de 2014, e identificou, para cada região do Brasil, os fatores que influenciam a obesidade desses indivíduos, ficou evidenciado que, quanto maior o gasto com o referido programa assistencial, maior foi a incidência de crianças obesas. O que poderia justificar a presença de excesso de peso nessas crianças beneficiárias do PBF é a transição nutricional vivida no país, onde ocorre um aumento do consumo de alimentos industrializados, com alto valor calórico e redução na ingestão de frutas e hortaliças.<sup>32</sup>

Outro estudo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)<sup>27</sup>, em 229 municípios no ano de 2007, com o objetivo de averiguar as repercussões do PBF na segurança alimentar e nutricional, mostrou que, das famílias entrevistadas, 87% relataram gastar o benefício com alimentação; 70% responderam que aumentou a quantidade e variedade dos alimentos e 63% passaram a comprar mais alimentos preferidos pelas crianças. Observou-se que a prevalência de insegurança alimentar foi de 83%, e que mais de 50% tinham restrição alimentar ou passavam fome<sup>27,28</sup>. Esse resultado se assemelha com o que ocorreu em outros estudos nos quais 72,8%<sup>33</sup>, 81,6%<sup>34</sup> e 71,28%<sup>35</sup> das famílias tinham algum grau de insegurança alimentar. Verificou-se, também, que, quanto menor o nível socioeconômico, mais baixa é a escolaridade, menos acesso ao crédito e mais grave é a insegurança alimentar.

Outra pesquisa, realizada no Rio de Janeiro, com o objetivo de obter informações a respeito do estado nutricional dos beneficiários do PBF e avaliar o impacto desse programa no perfil nutricional da população atendida, contradiz

alguns desses resultados, considerando que o PBF não está modificando o estado nutricional dos beneficiados, visto que há real dificuldade em encontrar dados na literatura que demonstrem a eficácia e eficiência do PBF no que tange ao estado nutricional das famílias beneficiadas.<sup>36</sup>

Estudos realizados em Minas Gerais e São Paulo e com o objetivo de avaliar o estado nutricional de crianças beneficiárias do PBF; o consumo e a segurança alimentar das famílias beneficiadas, identificaram que o excesso de peso está sendo um problema de saúde pública naqueles que recebem o auxílio do governo.<sup>37-39</sup> Comparando com estudo realizado em João Câmara, no Rio Grande do Norte, com crianças que recebem o auxílio daquelas que não recebem, as crianças beneficiárias do PBF têm o risco 3 vezes maior de consumir guloseimas.<sup>40, 33</sup>

No entanto, pesquisa realizada em Porto Alegre com o objetivo de avaliar a frequência alimentar e estado nutricional dos escolares beneficiários do PBF verificou que, quando comparado o estado nutricional de 319 crianças na idade escolar, os resultados revelaram alta taxa de excesso de peso entre os escolares, independentemente de serem ou não beneficiários do programa<sup>7</sup>, corroborando também com estudo realizado na Zona da Mata de Minas Gerais ao identificar que 5,2% das crianças avaliadas eram consideradas obesas, não havendo diferença estatística entre os beneficiários e não beneficiários.<sup>41</sup>

Investigações mostram que o PBF teve um impacto positivo na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, melhorando o acesso a uma alimentação variada, tanto em quantidade quanto em qualidade e na elevação do padrão de vida dos entrevistados.<sup>39, 5, 21</sup>

Não se pode desconsiderar que o PBF auxiliou muito na aquisição de alimentos, porém não foi o suficiente para solucionar o problema de insegurança alimentar. Nesse sentido, recomenda-se que as demais instituições ligadas ao programa devem assumir e buscar investimentos nos setores de educação, saúde, geração de trabalho e renda e implantação de políticas voltadas à solução da desigualdade social.<sup>42</sup> Iniciativas como o fomento à agricultura familiar; incentivo ao consumo sustentável de alimentos; ampliação do Programa Alimentação do Trabalhador (PAT) e a capacitação de jovens para que possam ampliar as suas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho são recomendadas nos estudos. Acredita-se que a associação do PBF com outros programas de transferência condicionada de renda pode ser o caminho para avanços no âmbito da segurança alimentar e nutricional do Brasil.<sup>43</sup>

## CONCLUSÃO

A maioria dos estudos contidos nesta revisão integrativa mostrou que o PBF teve um efeito positivo sobre o estado nutricional e a segurança alimentar dos beneficiários, evidenciando que, embora o PBF tenha capacidade de reduzir os índices de desigualdade socioeconômica e fome, tem sido pouco eficaz isoladamente no combate à insegurança alimentar, além de não atingir mudanças positivas no estado nutricional ou até gerar situações de sobrepeso.



Alguns estudos evidenciaram que o acesso à renda resultou em maior consumo de alimentos industrializados e de baixo teor nutricional, contribuindo com o aumento dos casos de obesidade e doença crônica, principalmente nas crianças beneficiadas.

Entretanto, permanece o desafio para a realização de ações que visem à geração e à difusão de informações sobre a importância de dietas mais variadas e ricas em nutrientes provenientes de produtos naturais e saudáveis e a busca de investimentos nos setores de educação, saúde, geração de trabalho e renda e implantação de políticas voltadas à solução da desigualdade social.

As recomendações referem-se ao aperfeiçoamento do PBF para a maior segurança alimentar e adoção de estratégias de educação e vigilância nutricional que possam agir concomitantemente com o benefício para os usuários alcançarem um adequado estado de nutrição.

## REFERÊNCIAS

1. Campello T, Neri MC. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.
2. Coelho PL, Melo ASSA. Impacto do Programa “Bolsa Família” sobre a qualidade da dieta das famílias de Pernambuco no Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2017; 22(2):393-402. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017222.13622015>.
3. Leão IDS, Moreira TBS, Cunha G. Impactos do Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade no Nordeste. *Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro*. 2016; 20:120-147. Disponível em: [http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista\\_hegemonia\\_20/Isabela%20Le%20C3%A3o,%20Tito%20Belchior%20e%20George%20Cunha%20\(7\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_20/Isabela%20Le%20C3%A3o,%20Tito%20Belchior%20e%20George%20Cunha%20(7).pdf)
4. Daufenback V, Ribas MTGO. O “grosso” e o “das crianças”: consumo alimentar em titulares do Programa Bolsa Família em Curitiba-PR. Rio de Janeiro: Demetra: alimentação, nutrição & saúde. 2016; 11(1):47-64.
5. Nascimento EC, Cruz BEVC, Calvi MF, Carvalho JPL, Reis CC, Gomes DL. A influência do Programa Bolsa Família nas práticas alimentares das famílias do Território do Marajó, Pará, Brasil. *Aracaju: Scientia Plena*. 2016; 12(6). Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.14808/sci.plena.2016.069931>
6. Cotta RMM, Machado JC. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. Washington (D.C): Revista Panamericana de Salud Pública. 2013; 33(1):54-60.
7. Carmo AS, Almeida LM, Oliveira DR, Santos LC. Influência do programa Bolsa Família no estado nutricional e frequência alimentar de escolares. *Porto Alegre: Jornal de Pediatria*. 2016; 92 (4). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jpmed.2015.10.008>
8. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*. 2010; 8(1 Pt 1):102-6. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt\\_1679-4508-eins-8-1-0102](http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102)
9. Erdmann, AL. et al. A avaliação de periódicos científicos qualis e a produção brasileira de artigos da área de enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. 2009;17(3):403-9.
10. Andrade, JB.; Pinto, AC. Fator de impacto de revistas científicas: qual o significado deste parâmetro? *Quím Nova*. 1999; 22(3):448-53.
11. Melnyk BM, Fineout-Overholt E. Evidence-based practice in nursing & healthcare: a guide to best practice. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins; 2005.
12. Rother ET. O desafio das revistas brasileiras em busca de citações. *Journal of Health Informatics*. 2012;4(3):2.
13. Nassi-Calò L. Métricas de avaliação em ciência: estado atual e perspectivas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. 2017;25: e2865.
14. Galvão TF, Pereira MG. Avaliação da qualidade da evidência de revisões sistemáticas. *Epidemiol. Serv. Saúde*. 2015; 24 (1). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742015000100019>
15. CAPES. Relatório da Avaliação Quadrienal 2017. 2017. Acesso em: 09/04/2017. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios\\_quadrienal\\_2017/20122017-Educacao\\_relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017\\_final.pdf](http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-Educacao_relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017_final.pdf)
16. Lemos JOM, Moreira PVL. Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição: Um Passeio pela História. *João Pessoa: Revista Brasileira de Ciências da Saúde*. 2013; 17(4): 377-386. Disponível em: DOI:10.4034/RBCS.2013.17.04.09
17. Santos LAS. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Revista de Nutrição*. 2005; 18(5):681-692.
18. Costa NR. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. 2009; 14(3):693-706.
19. Santos MCS. Impacto do Programa Bolsa Família: Avaliação do estado nutricional de crianças e revisão sistemática da condicionalidade educação, [dissertação de mestrado ou doutorado]. Ouro Preto, 2015. Ouro Preto: Programa de Pós-Graduação em Saúde e Nutrição, 2015.
20. Silva, MOS. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. 2007; 12(6):1429 – 1439.
21. Segura-Pérez S, Grajeda R, Pérez-Escamilla R. Conditional cash transfer programs and the health and nutrition of Latin American children. *Rev Panam Salud Publica*. 2016;40(2):124–37.
22. Chaves Junior PTO, Soares Junior VR, Ferreira DDO. O Programa Bolsa Família: Evidências na promoção da saúde da criança. *Teresina: Revista Saúde em Foco*. 2014; 1(1). Disponível em: <http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/saudeemfoco/article/view/558/386>
23. Sousa IAB. Bolsa família em Ananindeua: estudo de caso de devolução do benefício. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.
24. Costa LV, Braga MJ, Teixeira EC. Impactos do Programa Bolsa Família sobre o consumo de nutrientes das famílias beneficiárias. *Porto Alegre: Ensaios Fee*. 2017; 37(4). Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/3486/3821>
25. Shei A. Programa de transferência de renda condicional do Brasil associado a declínios nas taxas de mortalidade infantil. *Bethesda: Health Affairs*. 2013; 32 (7): 1274-81. Disponível em: doi: 10.1377 / hlthaff.2012.0827.
26. Ramos MKP, Lima AMC, Gubert MB. Agenda para Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil: resultados de uma pactuação interfederativa no Sistema Único de Saúde. *Campinas: Rev. Nutr.* [online]. 2015; 28(6):641-653. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-52732015000600007>.
27. Menezes F et al. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.
28. Cotta RMM, Machado JC. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. *Rev Panam Salud Publica*. 2013;33(1):54–60. repetida
29. Silva HAM, Costa EC, Souza PHM, Almeida PC. Vigilância nutricional de crianças menores de dois anos do município de Redenção, Ceará: a importância do diagnóstico para planejamento das políticas públicas nesse grupo etário. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, São Paulo. 2016; 10(56): 62-73. Disponível em: <file:///D:/Backup/Downloads/409-1754-1-PB.pdf>
30. Souza, CPC Olinda, RA.; Pedraza, DE; Souza, CPC. Prevalências de déficit de estatura e de sobrepeso/obesidade em crianças brasileiras, segundo diferentes cenários epidemiológicos: revisão sistemática com metanálise. *São Paulo Med. J.* [online]. 2016; 134(3): 251-262. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-3180.2015.0227121>.
31. Silva MC, Capanema FD, Lamounier JA, Silva ACA, Oliveira BM, Rodrigues J. Perfil nutricional de crianças pré-escolares em creche públicas de Belo Horizonte – Minas Gerais beneficiárias ou não do Programa Bolsa Família. *Belo Horizonte: Revista Interdisciplinar da PUC Minas no Barreiro: Percurso Acadêmico*. 2014; 4 (7). Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/5209/8562>
32. Oliveira AA, Souza TC. Avaliação da Proporção de Crianças Obesas Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nas Regiões do Brasil. *Guarapuava: Revista Ciências Exatas e Naturais*. 2016; 18(1).

33. Souza NN, Dias MM, Sperandio N, Franceschini SCC, Priore SE. Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011: um estudo epidemiológico transversal. Brasília: Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde. 2012; 21 (4):655-662. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742012000400015>
34. Monteiro F, Schmidt ST, Costa IB, Almeida CCB, Matuda NS. Bolsa Família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de 5 anos. Revista Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2014; 19(5): 1347-1358. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014195.21462013>.
35. Almeida FB, Almeida LMMC, Ferrante VLSB. Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações. Interações (Campo Grande) [online]. 2015; 16(2): 277-287. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015204>.
36. Wolf MR, Barros Filho AA. Estado nutricional dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Brasil - uma revisão sistemática. Revista Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2014; 19(5): 1331-1338. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014195.05052013>.
37. Faria LAN, Pena APSA. Análise do impacto do Programa Bolsa Família em relação ao estado nutricional de crianças de zero a sete anos pertencentes às famílias beneficiárias do programa no município de Pará de Minas, Minas Gerais, no período de 2007/2008. Para de Minas: Revista Digital SynThesis. 2009; 1 (1).
38. Cabral MJ, Vieira KA, Sawaya AL, Florêncio TMMT. Perfil socioeconômico, nutricional e de ingestão alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família. São Paulo: Revista Estudos Avançados. 2013; 27(78). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000200006>
39. Santos FPC, Vitta FCF, Conti MHS, Marta SN, Gatti NA, Simeão SFAP, et al. Estado Nutricional de Crianças beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. São Paulo: Journal of Human Growth and Development. 2015; 25 (3). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.106003>
40. Saldiva SRDM, Silva LFF, Saldiva PHN. Avaliação antropométrica e consumo alimentar em crianças menores de cinco anos residentes em um município da região do semiárido nordestino com cobertura parcial do programa bolsa família. Campinas: Revista Nutrição. Campinas. 2010; 23(2):221-229.
41. Oliveira FCC, Cotta RMM, Rocha Sant'Ana LF, Priore SE, Franceschini CC. Programa Bolsa Família e estado nutricional infantil: desafios estratégicos. Minas Gerais: Ciência & Saúde Coletiva. 2011; 16(7):3307-3316. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000800030>
42. Monteiro F, Schmidt S. O Programa Bolsa Família no contexto da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Florianópolis: Saúde & Transformação Social. 2014; 5(3).
43. Gallina LS, Petuco VM. Programa Bolsa Família: Percepção dos beneficiários residentes em um bairro localizado no Município de Chapecó - SC. São Paulo: Gestão, Educação e Promoção da Saúde. 2012.

Recebido em: 20/04/2019

Revisões requeridas: 13/08/2019

Aprovado em: 23/08/2019

Publicado em: 01/06/2020

**Autora correspondente**

Cristina Andrade Sampaio

**Endereço:** Universidade Estadual de Montes Claros

Rua Engenheiro Nilson Crispim da Costa, 40

Morada da Serra, Montes Claros/MG, Brasil

CEP: 39401-773

**E-mail:** cristina.sampaio@unimontes.br

**Número de telefone:** +55 (038) 98402-8801

**Divulgação: Os autores afirmam  
não ter conflito de interesses.**